

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CONCEITOS PERTINENTES À GEOGRAFIA A PARTIR DE UM DIÁLOGO COM A HISTÓRIA

Introdução:

Cláudio Benito O. Ferraz¹

Este artigo é fruto de minha participação na atividade **Primeiro Ciclo de Conferências e Interferências do CEPEDAL**², a qual se caracterizou pelo debate em torno do trabalho da historiadora e Prof^a. Dra. Méri Frotscher, intitulado **Território, Identidades e Política: Investimentos no Adensamento Populacional do Vale do Itajaí e na Idéia de Região**. A referida atividade se caracterizou pela apresentação de um trabalho por parte de representante de uma das áreas do conhecimento (História, Geografia, Letras, Educação etc.) e o debate do mesmo por estudantes e pesquisadores das demais áreas. Tal possibilidade propiciou ricos diálogos entre esferas do saber que, apesar de próximas enquanto núcleo de reflexão, se apresentam afastadas por meio das barreiras do conhecimento institucionalmente elaborado.

Foi exatamente no contato com o instigante e competente texto da professora Méri Frotscher que se aguçou em mim muitos dos questionamentos sobre vários conceitos empregados pelo discurso científico da Geografia.

A professora, ao focar o processo de construção de uma possível identidade germânica a partir dos meandros com que se deu a ocupação territorial na chamada região do Vale do Itajaí (SC), vai destrinchando um emaranhado conceitual que se relaciona diretamente com a idéia, ou idéias, de região que a Geografia geralmente trabalha.

Os limites aqui deste artigo não permitem discorrer de forma mais qualificada sobre os mesmos, portanto, vou apenas destacar alguns aspectos no sentido de um possível maior diálogo entre História e Geografia por meio de determinados elementos que o trabalho da professora apontou, como é o caso da necessidade de se pensar **região** a partir da interação conceitual com **território, lugar, paisagem, espaço** e, notadamente, **escala**.

Visando uma apresentação mais didática, no sentido de entendimento mais facilitado das idéias, vai-se aqui arrolar, de maneira bem genérica, os entendimentos mais comuns que se tem desses conceitos na Geografia hegemonicamente praticada hoje em dia, tanto no ensino quanto na pesquisa³ e, a partir desse entendimento, demonstrar o patamar comum em que os mesmos se fundamentam, ou seja, buscam consolidar uma determinada idéia de ciência que se apresenta hoje como limitada frente aos interesses dos que detêm o poder de gerenciamento territorial, sendo amplamente avessa às reais necessidades de grande parte da sociedade.

A metafísica da verdade a partir da lógica conceitual do discurso

Não importa qual corrente teórica ou referencial metodológico adotado, a idéia que permeou o discurso científico, a partir de sua consolidação como elemento dominante da capacidade humana de produzir conhecimento do mundo, sempre se justificou pelo inevitável poder de desvendar a verdade inquestionável e última dos fatos. A verdade do discurso científico, fruto de uma pesquisa rigorosa, pautou-se na concatenação precisa dos argumentos que não se contradiziam, portanto, não carregavam em si a possibilidade do erro ou da mentira.

A partir da precisão e grandes avanços sociais propiciados pelo emprego racional dos processos intelectuais, e empíricos, da Física e da Matemática para desvendar a lógica dos fenômenos, tendeu-se a generalizar seus modelos investigatórios para todos os ramos do conhecimento humano que iam se consolidando como estudos científicos.

Em fins do século XIX, as hoje chamadas Ciências Humanas, passam a se institucionalizar como discursos científicos a partir da reprodução de tais referenciais paradigmáticos, não se dando conta que os elementos abordados por estes saberes não se adequavam inteiramente aos referenciais empregados pelas áreas físicas e exatas.

De início destacam-se as formas com que conceitualmente se lia as relações sociais. Os seres humanos, suas ações e experiências eram transformados em **categorias de análises**, que simplificavam a leitura do real e **facilitavam os processos de mensuração**, de maneira a estabelecer uma coerência lógico-discursiva, viabilizando o controle e exploração.

A substituição da complexidade inerente à concretude dos fatos e fenômenos, no sentido de síntese de múltiplas determinações, por uma abstração redutora dos conceitos permitia a **transmutação** dos aspectos **físicos e subjetivos** das relações humanas pela **metafísica objetiva** da idéia em si.

Isso significou, para as práticas científicas como as da História e Geografia, que a análise do real dependia da **coerência lógica do discurso**, o qual estabelecia a **verdade** dos fatos quanto mais próxima esta se encontrava da **idéia pura**, do conceito em sua perfeição metafísica.

Outro aspecto que podemos destacar dessa limitação do real à essência conceitual é o **momento** em que eles foram aplicados. As condições e **interesses dominantes** em dada época e lugar fizeram usos dos referenciais teórico-metodológicos com que se fundamentavam os discursos científicos em atendimento aos determinantes de organização e gerenciamento territorial, ou seja, em prol da **lógica administrativa do Estado-Nação** e das **forças econômicas e políticas** que a ele se vinculavam.

As possíveis falhas que surgiram com o emprego dos estudos científicos não eram entendidas como conseqüência dessa redução do real à estrutura lógica de um discurso em prol do processo de consolidação do poder, mas como decorrência dos erros de um determinado parâmetro metodológico empregado. Bastava substituir o referencial teórico por um mais moderno e eficiente que os problemas de leitura e intervenção no real se solucionariam.

No caso da Geografia, que aqui mais nos interessa, estabeleceu-se uma generalização empobrecedora desses referenciais teóricos-metodológicos, geralmente importados sem muitos critérios de outros saberes e aplicados de forma genérica como fundamentos das ditas escolas geográficas ou opções ideológicas. Esta foi a compreensão, por exemplo, que se generalizou quanto a diversidade de experiências e opções conceituais elaboradas no nascedouro institucional desse saber; tudo caiu na vala comum da chamada corrente Positivista.

A crítica aos aspectos ideológicos e pragmáticos dessa opção se deu em grande parte pela chamada Geografia Marxista, também fruto de uma generalização em que não se entendia uma miríade de facções e tendências do chamado Materialismo Histórico e Dialético. Os atuais modismos acadêmicos

O que há de comum entre essas várias correntes é que, além do aspecto generalizante com que são entendidas, cada uma se coloca como o **método** redentor da verdade científica. O próprio referencial marxista, que estabeleceu críticas mais contundentes aos vínculos políticos e ideológicos do conhecimento científico, não questiona a idéia de ciência que almeja consolidar. Sempre é a partir da abstração conceitual, e de sua concatenação rigorosa e precisa, por meio do discurso científico, que a verdade absoluta e dogmática é atingida em sua essência.

Não se buscam elementos que ampliem as leituras do real, mas acomoda-se no dizer o que é o real e para onde ele deve caminhar a partir da verdade revelada por meio do jogo de palavras que o **método** ilumina em sua infalibilidade quase que divina. É a metafísica em sua essência lógico-conceitual que fundamenta o sentido de mundo a partir do rigor discursivo⁴.

Esse vício, essa doença de nossas idéias científicas, permeou as várias opções teóricas que, em cada época e lugar, tendeu a ser o referencial metodológico hegemônico a embasar as formas de produção e reprodução do conhecimento científico da Geografia.

Noções consolidadas de alguns conceitos geográficos

Diante do que foi até agora exposto, o emprego dos termos como Lugar, Território, Região, Paisagem, Espaço e Escala se circunscreveram à mera expressão **física dos elementos**, passíveis de serem observados e estudados em seus **comportamentos geometrizáveis**, pois, se assim fossem entendidos, tornavam-se mais pertinentes com a capacidade de intervenção e controle por meio dos recursos técnicos monopolizados pelos agentes hegemônicos da ordem social.

O que se consolidou de entendimento destes conceitos foi geralmente o seguinte:

- 1) LUGAR: restrito ao aspecto locacional em que se exerce domínio territorial.
- 2) TERRITÓRIO: expressão física do terreno no qual ocorre o domínio.
- 3) REGIÃO: área delimitada ao redor do local em que o poder é exercido.
- 4) PAISAGEM: expressão física das formas e imagens dos elementos que compõem dada região.
- 5) ESPAÇO: organização físico-matemática dos elementos no território, passíveis de mensuração e representação cartográfica.
- 6) ESCALA: relação matemática em que se representa a organização dos elementos em dado espaço cartografável.

Independente do referencial teórico-metodológico e das especificidades com que se tentaram conceituar esses termos, o elemento **exercício do poder** fundamentava a todas as definições.

As críticas surgidas a estas concepções, em boa parte politizaram o discurso científico, introduzindo noções de contradição social, de conflitos de classes e lógica dialetizante do movimento histórico, contudo, tenderam a **atacar a quem exercia o poder mas não à exclusividade do sentido de poder**, o qual se dava no próprio fundamento da lógica do discurso científico, no caso da Geografia, não questionaram os referenciais paradigmáticos físico-matemáticos com que se entendia o corpo científico de suas abordagens.

Era mais fácil dizer que a “culpa era do positivismo”, pelo fato deste não conseguir apresentar as contradições sociais, atendendo assim aos interesses da economia capitalista e do domínio de uma classe pela outra; mas não se questionava, por exemplo, que o sentido de espaço, tanto no positivismo quanto, no caso, da crítica marxista, era lido e circunscrito à sua estrutura física em si, reduzindo este à possibilidade de ser mensurado e analisado em bases geométricas, portanto, atendendo a mesma lógica de domínio e exercício do poder.

Não se vislumbrava outras possibilidades de compreensão do espaço, pois questionar isso significava atacar o próprio sentido de Ciência, portanto, era mais cômodo atacar o problema reduzindo-o a ineficiência do método e, desta forma, buscar aprimorar o sentido de Ciência enquanto conhecimento para a prática mais eficiente do poder.

Da subversão tecnológica das barreiras físicas à redefinição dos conceitos

O discurso geográfico, portanto, aprimorou-se através da introdução de novos referenciais metodológicos no sentido de melhor entender os processos e tornar mais eficiente a prática de se exercer o domínio e o controle territorial. E isso se justificava pelo fato de ser o espaço um elemento físico que impunha resistência à lógica de realização do capital.

As formas usuais com que se encararam os conceitos aqui destacados advêm das condições históricas e geográficas com que as forças tecnológicas, os recursos técnicos e as relações produtivas se encontravam. A **distância física ainda era uma forte barreira espacial para a realização da lógica capitalista, ampliando o tempo de circulação das mercadorias e dos homens**.

A quantidade de informação e a velocidade de deslocamento da mesma estavam circunscritas a estes limites físicos dos recursos tecnológicos e do nível de acesso das populações aos veículos informativos e analíticos, assim como o processo de elaboração das mercadorias, sua circulação, consumo e realização de valor dependiam dos condicionantes físicos do espaço, os quais delimitavam a divisão territorial e técnica do trabalho⁵.

Com a necessidade cada vez maior de superar os limites físicos do processo de acumulação capitalista, assim como da crise advinda dos modelos acumulativos pautados nos determinantes territoriais fixos e em acordo com um tempo cronológico linear, levou-se ao **desenvolvimento e aplicação de novas e sofisticadas tecnologias de comunicação e informação, as quais subverteram a lógica espacial dominante**.

A redefinição da divisão técnica e territorial do trabalho permitiu que um produto passasse a ser elaborado fracionando suas partes em diferentes pontos do globo, sendo seu acabamento final flexível conforme as condições econômicas e políticas dos vários locais em que a empresa coordenadora desse processo almeja finalizá-lo. O próprio valor do produto fica secundarizado pelo aspecto especulativo das ações e títulos das diversas empresas que participam do processo produtivo do mesmo.

Como as novas tecnologias permitem que a especulação financeira ocorra em várias bolsas de valores e com diferentes produtos e derivativos ao mesmo tempo, não se fica mais tão à mercê de uma única sede especulativa, a qual se encontrava condicionada à sua localização física para a cada dia poder especular com seus títulos.

Hoje se vive a flexibilidade do trabalho, do processo produtivo, da circulação e do consumo, portanto, flexibiliza-se o processo de acumulação ampliada do capital. Com isso, as barreiras de uma estrutura espacial pautada em seu fundamento físico e geometrizável, ficam abaladas, cobrando da Geografia novas redefinições conceituais dos elementos estruturadores de seu discurso.

Diante disso, elementos como Lugar, Território e Região passaram a tomar outros níveis configurativos, não se restringindo mais à exclusividade dos limites físico-matemáticos em que se realizava determinado exercício de poder, mas expressam uma nova dinâmica espacial que precisa ser mais bem entendida⁶.

1) LUGAR:

*“O lugar pode se referir a uma **variedade de escalas**, em cada uma delas, em termos experienciais, há um limite característico com estrutura interna e identidade, no qual o local se distingue do estrangeiro... Nós, portanto, **habitamos** em uma hierarquia de lugares” (Pocock citado por HOLZER, 1999, p.74).*

O Lugar é o Território ao qual **pertenço e onde construí minha identidade** e meus referenciais de localização. No lugar o mundo se faz presente em e através de mim.

2) TERRITÓRIO:

“um território, antes de ser um fronteira, é um conjunto de lugares hierárquicos, conectados por uma rede de itinerários... No interior deste espaço-território os grupos e as etnias vivem uma certa ligação entre o enraizamento e as viagens... engloba ao mesmo tempo o que é fixação e o que é mobilidade” (BONNEMAISON, citado por HOLZER, 1997, p. 83).

Território é o conjunto de lugares em que **exerço minha existência em relação ao outro**, construo minha auto-consciência e minha capacidade de locomoção e orientação.

3) REGIÃO:

“As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem” (SANTOS, 1983, p. 197).

A região é onde os elementos que contextualizam minha existência se interacionam, em que o local e o mundial se costuram numa teia complexa e dinâmica, estabelecendo os referenciais com que **me construo culturalmente**. Nela o mundo se expressa pelos parâmetros com os quais me identifico no mundo.

4) PAISAGEM:

“...também pode ser entendida como realidade “subjetiva”, pois só se constitui em paisagem a partir do olhar que a

observa e contempla, de maneira que a paisagem pode ser entendida como um lugar isolado pelo olhar, um local contemplado e um espaço enquadrado a partir da sensibilidade e intervenção humana” (LENCLUD in: VOISENAT & NOTTEGHEM, 1995, p. 3-4).

Paisagem é o que captamos pelos nossos sentidos e que se **configura em imagens passíveis de interpretação e leituras** da ordem espacial, permitindo a explicação e/ou ampliação da lógica de entendimento do percebido. A paisagem também é a minha memória dos lugares do mundo

5) ESPAÇO:

“Espaço geográfico passa a ser entendido pela capacidade de produzirmos o sentido de humanização – com todas as contradições inerentes – ao espaço físico, refere-se à nossa capacidade de habitar, de abrir um lugar e instaurar o sentido humano no ambiente produzido”(FERRAZ, 2002, p. 70)

Espaço, por conseguinte, é a organização dos elementos e fenômenos **além dos aspectos físico-matemáticos**, expressando a **dinâmica do viver humano no mundo**. O espaço é a **consciência de eu no mundo e do mundo em mim**.

6) ESCALA:

“se afirmarmos que há uma escala regional, não podemos defini-la simplesmente pela delimitação física, cartográfica, de um espaço passível de ser matematicamente medido...devemos conceber um conteúdo...o caráter da dinâmica (política, econômica, cultural) que a região envolve, o que exclui a definição de limites estanques para a escala regional e nos obriga a entender sua interação com outras escalas”(HAESBAERT, 1993, p. 32).

As formas como a sociedade atualmente se organiza, cobram uma leitura muito mais dinâmica escalarmente, tanto do tempo quanto do espaço. Se a crítica à **escala cronológica** levou ao entendimento de novas escalas temporais, como as noções de **tempos longos e tempos curtos** deixam entrever, hoje é necessário ir além destes parâmetros, percebendo a interação entre **tempos lentos e os rápidos**.

O mesmo ocorre com a Geografia, que deve ir além da escala cartográfica, mas não se contentando com escalas geográficas estanques, como as diferenças entre **global, nacional, regional e local** pontuavam.

Nesse aspecto, o sentido do **cotidiano**, tanto espacial quanto temporal, permite apontar para escalas de análises que entendem o **micro como referencial de partida para entender o sentido do homem no mundo**, mas este sentido só se explicita em relação aos aspectos macro, portanto, isso não significa escolher uma escala em detrimento da outra, pois a opção se dá a partir da interação escalar conforme o problema focado.

No tempo, cada fato e fenômeno observado ou vivenciado vai se configurar com dada estrutura espacial que se manifesta em cada escala de determinada forma, estabelecendo um conjunto articulado globalmente mas que só toma sentido, ou se manifesta, no local em que estou. As **condições e conseqüências dos meus atos** particulares só se explicam **nessa interação de escalas** de interesses.

Considerações prolegomênicas a um final incerto

Essas definições, aqui rapidamente esboçadas, não visam encerrar a diversidade de entendimentos e experimentações que as práticas humanas exercitam através dos fenômenos expressos por estes conceitos, portanto, não elimina os entendimentos anteriores pautados na preponderância do emprego do poder a partir dos determinantes físico-matemáticos, mas permite um redimensionamento por meio de outros olhares e percepções.

A tendência é circunscrever essas redefinições conceituais a um novo referencial teórico-metodológico, insistindo no vício que a solução é uma questão de método. Caso se tome esta postura, o problema do discurso científico enquanto constructo voltado à lógica da manutenção poder não será questionado, mas apenas atualizado.

Essa possibilidade, que já está se consolidando no interior da academia, se refletirá num conjunto de pesquisas voltado agora para o melhor entendimento da lógica dinâmica de um espaço flexível e volátil; em que a paisagem ficará circunscrita à estetização das imagens; no qual tentarão simplificar a complexidade regional, espetacularizando seus aspectos culturais; assim como os sentido de poder e controle serão velados na questão do território; e os estudos sobre o lugar não serão a partir do ser humano, mas sim do indivíduo abstrato; e, finalmente, a escala será tão somente uma teia a ser decodificada e circunscrita a outro modelo matemático.

Todos esses questionamentos advieram da leitura do trabalho da professora Frotscher, o qual infelizmente não pude explorar melhor aqui, mas o que se finaliza, se é que há algum fim nisso, é que tanto para historiadores quanto para geógrafos, coloca-se hoje, perante as condições com que a macro estrutura capitalista intervém e se consolida no espaço, a possibilidade de estudos e análises na direção de se fazer uma outra ciência, assumindo os limites e as falhas desse discurso no sentido de se construir saberes para além dos modelos importados de outras áreas científicas.

Bibliografia utilizada:

- CORREA, R Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- FERRAZ, CLÁUDIO B. O. *Geografia e Paisagem: entre o olhar e o pensar*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. Escalas espaço-temporais: uma introdução. *Boletim Fluminense de Geografia*, 1. Niterói-RJ: AGB, 1993.
- HAESBAERT, Rogério. Território, poesia e identidade. *Espaço e Cultura*, 3. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1996.
- HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Território*, 3. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.
- HOLZER, Werther: O Lugar na geografia humanista. *Território*, 7. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escalas – experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RONCAYOLO, Marcel. Região. In: *Enciclopédia EINAUDI*, 8. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- RONCAYOLO, Marcel. Território. In: *Enciclopédia EINAUDI*, 8. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SANTOS, Milton. Milton Santos – espaço, mundo globalizado, pós-modernidade. In: *Margem*, 2. São Paulo: EDUC, 1993.
- VOISENAT, Claudie & NOTTEGHEM, Patrice. *Paysage au Pluriel – por une approche ethnologique des paysages*. Paris; Éditions de la Maison des Sciences de L'homme, 1995.

Notas

¹ Geógrafo e professor do Departamento de Educação da FCT/UNESP de Presidente Prudente (SP).

² CEPEDAL (Centro de Pesquisa, Estudos e Documentação da América Latina), vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Educação e Letra da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná - campus de Marechal Cândido Rondon). A referida atividade ocorreu no segundo semestre de 2005.

³ É claro aqui que esta afirmação quanto ao caráter de uma Geografia hegemonicamente praticada não se fundamenta em uma pesquisa rigorosamente elaborada, mas a partir de inúmeras leituras dos textos apresentados nos vários encontros científicos e nos milhares de relatos de alunos e professores quanto as dificuldades de se ensinar geografia.

⁴ A crítica aqui, vale a pena destacar, não é contra a racionalidade científica, nem visa desqualificar todo o edifício científico organizado nos últimos séculos a partir de elementos conceituais burilados pelas diversas análises e estudos realizados, mas sim objetiva destacar o fato de que este discurso tem limites e não pode ser genericamente incumbido de apresentar toda a verdade última dos fatos a partir de sua coerência lógico-conceitual em si. A verdade não se restringe a uma essência pura e metafísica de nossas idéias, como boa parte do discurso hegemônico da ciência, no caso aqui, geográfica fez crer ou iludir.

⁵ As formas consolidadas, até fins da década de 70 do século XX, de divisão técnica e territorial de trabalho, faziam com que uma mercadoria elaborada na Índia, por exemplo, e consumida no Brasil, tivesse que esperar todo o traslado físico-espacial de um ponto a outro do território para efetivar seu valor. A própria matéria prima e recursos, naturais e tecnológicos, empregados em sua produção, tinham que esperar o tempo de deslocamento espacial para também se realizarem enquanto valor agregado. Isso para não falar do valor acionário da empresa produtora, que também dependia da distância e movimento da Terra para que, ao amanhecer de cada dia, as bolsas de valores pudessem especular com seus títulos de mercado. O espaço era uma barreira física que retardava a ânsia acumulativa do capital em larga escala.

⁶ Vejam bem, isso não significa que o exercício do poder e a dominação territorial foram superados, muito longe disso, aponta-se aqui que os mesmos estão sendo exercidos através de outras configurações espaciais, não mais circunscritas à exclusividade de uma abordagem física e geométrica do espaço e demais categorias a ele relacionadas pelo discurso geográfico.